



# PLENÁRIO 7

Boletim informativo da Comissão de Seguridade Social e Família

Brasília, 25 de abril de 2007

Ano 1 - número 8

## Seguridade debate legislação e inclusão da pessoa com deficiência

Em audiência realizada ontem na Comissão de Seguridade Social e Família, a coordenadora da área técnica da Saúde das Pessoas com Deficiência do Ministério da Saúde, Sheila Miranda da Silva, disse que o principal objetivo da Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, desenvolvida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), é reabilitar o portador de deficiência em sua capacidade funcional e desempenho humano de modo a contribuir para sua inclusão em todas as esferas da vida social. Sheila acrescenta que, entre as diretrizes do Ministério da Saúde, está a capacitação de recursos humanos, com a ampliação e o fortalecimento dos mecanismos de informação. O encontro discutiu os direitos das pessoas com deficiências.

A coordenadora-geral de Regulação e Ações Intersectoriais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Maria Lucia Lopes da Silva, afirmou que, na última década, uma das principais conquistas das pessoas com deficiência foi o crescimento da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Segundo ela, esse benefício atendia, em 1996, 346,2 mil pessoas, e hoje atende, aproximadamente, 2,5 milhões. O benefício é concedido não apenas a pessoas com deficiência, mas também a idosos – cerca de 48% dos atendidos.



A audiência pública foi traduzida simultaneamente em Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRA)

### Legislação

Membro titular do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Joelson Dias destacou duas ações que devem nortear a política de inclusão do deficiente físico: a ratificação da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiências e a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (PL 7699/06), que está pronto para ser votado pelo Plenário da Câmara. “Tão logo essa Convenção entre em vigor, em âmbito internacional, os direitos ali contemplados devem ser incorporados pelo Estatuto”, ressaltou Dias.

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) concorda com Joelson Dias, mas entende que o Congresso precisa, ainda, aprofundar as discussões sobre o Estatuto. “Nós temos tramitando na Casa o Estatuto. Mas, paralelamente, a ONU elaborou a Convenção. Fazendo o cruzamento dos dois, identificamos

pontos que devem ser melhorados no Estatuto, para não ir contra o que determina a Convenção da ONU, evitando a aprovação de uma lei que pode estar ultrapassada”, afirma Barbosa.

### Trabalho

Portador de deficiência desde os sete anos de idade, o deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) disse que “o deficiente não quer ser tratado como coitadinho. Ele quer ser tratado com respeito”. Ele acrescentou que alguns deficientes precisam ser amparados pelo Estado; outros podem trabalhar e produzir seu próprio sustento.

O assessor da diretoria do Departamento de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Rogério Lopes Costa Reis, destacou, entre as ações do Ministério, a alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo aprendizagem para as pessoas com deficiência, sem idade máxi-

ma, no programa de qualificação profissional do Ministério do Trabalho. “Essa mudança vai auxiliar a formar mão-de-obra qualificada para preenchimento futuro das cotas legais das empresas de trabalhadores com deficiência”, acrescentou Reis.

### Quarto mundo

Sobre as explicações dos participantes da audiência, a avaliação do deputado Dr. Talmir (PV-SP) – responsável pela realização do debate – é que “os problemas dos deficientes estão longe de serem solucionados. Se os recursos da CPMF fossem de fato aplicados na saúde - inclusive dos 14,5% da população portadora de deficiência - nós resolveríamos, na prática, tudo o que foi exposto na audiência”, afirmou. Para o deputado, no Brasil, a questão da pessoa com deficiência é dramática. Na avaliação de Talmir, a vida deficiente brasileiro é considerada de quarto mundo. “Eles não vivem em nosso mundo. Pouquíssimos têm oportunidades. Os portadores de deficiência não podem ter barreiras arquitetônicas”, ressaltou.

Dr. Talmir reclamou da demora na aprovação do Estatuto do Portador de Deficiência. “Já foi aprovado, há mais de 10 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente e também já foi aprovado o Estatuto do Idoso. E o Estatuto do Deficiente? Precisamos aprová-lo com urgência” defendeu Talmir, para quem, no entanto, a proposta ainda precisa de ajustes.

## AGENDA

## Programa Bolsa Família

O presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), quer esclarecimentos da secretária de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Rosani Cunha, sobre denúncias de prováveis problemas na execução do Programa Bolsa Família, veiculadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* no último dia 27.

A matéria denuncia discrepâncias entre o número de pobres e as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família. Segundo a reportagem, apesar de o programa ter cumprido a meta de



Jorge Tadeu Mudalen

atender 11,1 milhões de famílias no País no ano passado, o cadastro do Bolsa Família está desatualizado e cerca de 330 mil famílias, supostamente aptas a receber os benefícios, ainda não foram localizadas.

A audiência, com a secretária, servirá também para esclarecer sobre a

reestruturação administrativa do Programa, que, segundo o jornal, ficará sob a responsabilidade da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

O evento acontecerá no dia 24 de maio, quinta-feira, no Plenário 7, às 9:30 horas.

## Seminário sobre saúde e seguridade social

A Comissão de Seguridade Social e Família promoverá seminário sobre saúde e seguridade social nos dias 8 e 9 de maio, no auditório Nereu Ramos, da Câmara.

Segundo o autor do requerimento, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), o objetivo é fazer uma análise e avaliação do momento atual nas áreas de Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

## Temas

Entre os temas a serem discutidos, está o desenvolvimento da Previdência Social no Brasil - análise

da legislação atual vigente; a questão do déficit ou do superávit previdenciário; a construção da parceria e o sinergismo entre Previdência Social, Assistência Social e Saúde; os preceitos constitucionais da Seguridade Social e de seu orçamento - seu significado e o das alterações constitucionais e infraconstitucionais posteriores -; as finalidades dos impostos e das contribuições sociais; e o desenvolvimento do sistema SUS: o sub-financiamento e a precarização das relações e gestão do trabalho

## Faculdades de medicina

Para discutir o crescimento do número de faculdades de medicina; a implantação de residência médica em todas as faculdades de medicina e o exame de ordem para médicos, a comissão aprovou requerimento de audiência pública do deputado Ribamar Alves (PSB-MA). Serão convidados representantes dos Ministérios da Educação; e da Saúde; reitores; Conselho Federal de Medicina; e estudantes de Medicina.

O debate está previsto para acontecer no dia 26 de junho, terça-feira, no Plenário 7, às 14 horas.

## Confrontamento das questões da saúde da população

A Comissão de Seguridade Social e Família também promoverá o Fórum sobre a Emergência de Políticas para o Confrontamento das Questões da Saúde da População, nos dias 28 e 29 de junho, no auditório Nereu Ramos da Câmara.

Participarão do evento especialistas na área.

O autor do requerimento para a realização do seminário é o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG).

## Combate ao câncer de mama

A Comissão vai realizar audiência pública para debater as ações públicas e de entidades médicas capazes de reduzir a incidência do câncer de mama no Brasil, que, segundo estatísticas, a principal causa de morte por câncer entre as mulheres.

Segundo o autor do requerimento, deputado Dr. Baségio (PDT-RS), foram registrados, em 2006, 51 mil novos casos de câncer de mama no País. O parlamentar salientou ainda que, mesmo com os programas de orientação pública, ainda morrem 19 mil mulheres por ano.

Participarão do evento um representante do Programa de Saúde da Mulher, vinculado à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; o presidente da Regional do Distrito Federal da Sociedade Brasileira de Mastologia, Rodrigo Pepe Costa; e a especialista em imagiologia mamária e chefe da Divisão de Nutrição do Hospital Universitário de Brasília.

O evento está previsto para acontecer no dia 5 de junho, terça-feira, no Plenário 7, às 14:00 horas.

## EXPEDIENTE

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: **Jorge Tadeu Mudalen (PFL-SP)**

1º Vice-Presidente: **Alceni Guerra (PFL-PR)**

2º Vice-Presidente: **Ribamar Alves (PSB-MA)**

3º Vice-Presidente: **Cleber Verde (PAN-MA)**

Secretário da Comissão:

**Wagner Padilha** - (61) 3216-6784 - 3216-6783

Produção, PEdição e diagramação:

**Antonio Júnior** - (61) 3216-6783

**Endereço:** Câmara dos Deputados - Anexo II Pav. Superior, Ala A, Sala 143

Endereço eletrônico:

<http://www.camara.gov.br/comissoes/permanentes/cssf>

**E-mail:** [cssf@camara.gov.br](mailto:cssf@camara.gov.br)

**Telefones:** (61) 3216-6781/6787

# Seguridade debaterá índice de correção das aposentadorias

A Comissão de Seguridade Social e Família vai realizar audiência pública para discutir os índices de correção das aposentadorias e pensões. Serão convidados a participar do evento os ministros da Previdência, Luiz Marinho; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; e um representante da Associação Brasileira de Aposentados (Asbap).

Segundo o autor do requerimento, deputado Cleber Verde (PAN-MA), quando o INSS concede aposentadoria, o benefício é definido através de parâmetro de



Cleber Verde

cálculo que utiliza o fator previdenciário. "Quando foi instituída a Lei de Benefícios, também foi instituída a Lei de Custeio, ou seja, a fórmula de arrecadar para

cobrir os eventuais benefícios de aposentadorias, de pensão, de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez. Enfim, o governo tem os mecanismos necessários a uma política previdenciária satisfatória, só não os coloca em prática", completou Verde, segundo quem, depois de decorridos poucos anos, o aposentado tem uma defasagem de até 50% em seu benefício.

Cleber Verde quer discutir com o ministro da Previdência fórmulas que possam minimizar esta disparidade e ajudar a encontrar uma saída mais honrosa para o

aposentado. "Os aposentados são brasileiros - homens e mulheres - que ajudaram a construir este País. Eles merecem respeito e, acima de tudo, atenção especial desta Comissão", afirmou o deputado.

Cleber Verde ressaltou, ainda, a necessidade de o governo cobrar a dívida dos grandes devedores da Previdência. "Centenas ou milhares de empresas são devedoras do INSS. Devem milhões ou bilhões, suficientes, inclusive, para cobrir este déficit previdenciário. Entretanto, o governo coloca a culpa do rombo da previdência aos aposentados", afirmou o deputado.

## PROPOSTAS APROVADAS (18/04)

### Proposta de Fiscalização e Controle 129/06

A Comissão de Seguridade Social e Família vai solicitar ao Tribunal de Contas da União (TCU) que fiscalize o plano de previdência complementar do banco Santander Banespa em relação a aposentadorias e pensões de empregados admitidos antes de 22 de maio de 1975. Após concluir a fiscalização, o TCU deve remeter seu relatório à Comissão com as providências e resoluções a serem adotadas.

Segundo o deputado Nel-

son Marquezelli (PTB-SP), autor da proposta (PFC 129/06), a legislação vigente entre 1962 e 1975 obrigava o banco, então estatal, a uma complementação de aposentadoria que persiste mesmo após a privatização. Atualmente, o banco tem feito o pagamento dos benefícios diretamente aos aposentados dessa categoria, e não por meio do fundo de pensão da empresa, como exige a legislação.

#### Parecer do relator

O relator da proposta, de-

putado Geraldo Resende (PPS-MS), foi favorável ao ato de fiscalização. Ele recomendou que o TCU fiscalize a atuação da Secretaria de Previdência Complementar e do Conselho de Gestão da Previdência Complementar no que se refere à regularidade da criação, implementação e execução do Plano Pré-75 do Banesprev. O Banespa pertencia ao governo do estado de São Paulo e foi privatizado em 2000, após ser federalizado.

### Comissão aprova convênio com o Reino da Espanha

A Comissão aprovou o texto complementar do Convênio de Seguridade Social entre o Brasil e a Espanha, celebrado em 14 de maio de 2002. De acordo com o Projeto de Decreto Legislativo 2352/06, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer ajustes complementares ao acordo firmado entre os dois países. Para o relator da matéria, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), o projeto aperfeiçoa o convênio original - em consonância com os princípios e disposições do sistema brasileiro de seguridade social -, representando regras mais claras para a efetivação das garantias previdenciárias aos cidadãos dos dois países.

### 4º Seminário Nacional GLBTT

A Comissão de Seguridade vai participar do 4º Seminário Nacional GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), a ser realizado no próximo dia 22. O evento - proposto pela deputada Cida Diogo (PT-RJ) - será realizado em parceria com as Comissões de Direitos Humanos e Minorias, e de Legislação Participativa.



# Nutricionista diz que obesidade é problema de saúde pública

OTÁVIO PRAXEDES

O tratamento da obesidade como problema de saúde pública foi defendido pela nutricionista da Coordenação-geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação, Lorena Chaves. A especialista participou de audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família na quinta-feira (19). O encontro discutiu a obesidade da população, em especial a infantil.

Dados fornecidos pela nutricionista apontam que 40% da população brasileira está com excesso de peso. Lorena Chaves informou que, nas duas últimas décadas, a obesidade infanto-juvenil cresceu 240%. Entre os fatores que contribuíram para este aumento estão a redução da prática de atividade física; o aumento do tempo dispendido à televisão, ao videogame e ao computador; a violência urbana; e a venda de alimentos inadequados nas cantinas escolares.

Coordenadora-geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Ana Beatriz concorda com as



Deputada Solange Almeida: as ações do governo em relação à obesidade precisam ser discutidas e desenvolvidas em parceria com Congresso

causas enumeradas pela nutricionista. Ela aponta ainda a globalização. “Os *fast-foods* vendem alimentos processados com grande teor de açúcar e sal, porém baixos em valores nutricionais”, ressaltou Ana Beatriz.

## Adultos obesos

“A obesidade e o sobrepeso na adolescência, no Brasil, tiveram aumento de 50% entre crianças e jovens na última década”, informou Lorena Chaves, acrescentando que cerca de 50% das crianças com excesso de peso se tornarão adultos obesos. De acordo com ela, este quadro somente será revertido quando houver políticas públicas eficientes que leve a popula-

ção a adotar hábitos alimentares e de vida saudáveis. Segundo a nutricionista, o governo tem como prioridade atender às necessidades nutricionais dos alunos, durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar.

## Prevenção

Na avaliação da deputada Solange Almeida (PMDB-RJ), além da implementação de políticas públicas, o País precisa mudar o foco no combate à obesidade. “Gastamos muito com medicamentos e tratamentos contra a obesidade. Hoje as doenças cardiovasculares estão matando cada vez mais”. Auto-

ra do requerimento de realização da audiência, a parlamentar entende que a obesidade deve ser tratada antes de ocorrer. “No Brasil não existe a cultura de prevenção. Gastamos no tratamento, quando a doença já está instalada”, acrescentou.

Outro ponto questionado pela deputada é a capacitação e a inserção de nutricionistas pelo Ministério da Saúde no Programa de Saúde da Família, o que proporcionará, segundo ela, atenção básica de qualidade para a população. “As ações do governo em relação à obesidade e ao sobrepeso são políticas novas e que precisam ser discutidas e desenvolvidas em parceria com o Congresso para que, em espaço curto de tempo, o País possa gastar menos com as doenças, proporcionando melhor qualidade de vida para a população”, ressaltou Solange Almeida.

## Despesas

Segundo Ana Beatriz, o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou, em 2006, com obesidade mórbida, mais de R\$ 8 milhões.

Entre os compromissos do Governo Lula para combater a obesidade, Beatriz destacou o Caderno de Atenção Básica, que, segundo ela, é a porta de entrada no SUS - local adequado à atuação e promoção da saúde e ao enfrentamento da obesidade. “O Caderno orienta o cidadão dos serviços disponíveis para prevenção, tratamento e acompanhamento da obesidade”, ressaltou.



Solange Almeida

“No Brasil não existe a cultura de prevenção. Gastamos no tratamento, quando a doença já está instalada”

“A globalização vem contribuindo para o crescimento da obesidade infanto-juvenil”



Ana Beatriz

OTÁVIO PRAXEDES